



Evento	Salão UFRGS 2015: SIC - XXVII SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2015
Local	Porto Alegre - RS
Título	Relações raciais: Processos de identificação no Brasil
Autor	ALISSON FERREIRA BATISTA
Orientador	HENRIQUE CAETANO NARDI

Relações raciais: Processos de identificação no Brasil

Autor: Alisson Ferreira Batista

Orientador: Henrique Nardi

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

O presente estudo faz parte do projeto de pesquisa “Racismo, relações de saber-poder e sofrimento psíquico”, vinculado ao PPG em Psicologia Social e Institucional da UFRGS, com apoio do CNPq 2015-2016, o qual busca compreender alguns dos elementos que compõem as relações raciais no Brasil e como esses elementos influenciam no processo identitário da população negra. O referencial teórico-metodológico embasa-se na analítica do poder de Michel Foucault e nos estudos das relações raciais de Franz Fanon, Neusa Souza Santos e Carlos Moore. Nessa perspectiva, os processos identitários são compreendidos numa dinâmica histórico-crítica, não essencialista, mas como efeitos das relações de saber-poder disponíveis na produção de subjetividade. Embasada nos estudos foucaultianos, Sueli Carneiro introduz a noção de dispositivo da racialidade para pensar os impactos do marcador social de raça nos modos de subjetivação da população negra brasileira. Assim, a metodologia utilizada nesta pesquisa centra-se na análise sistemática de textos e publicações sobre o tema, onde num primeiro momento buscamos definir um conceito sobre racismo para posteriormente traçar o caminho da formação racial brasileira e por fim, apontar os possíveis efeitos que o negro tem de si. Até o momento, constatamos que quando se fala de racismo, facilmente encontram-se algumas confusões conceituais. Muitas vezes, ao se definir o racismo, parte-se de um senso comum. Segundo Carlos Moore, existe uma confusão feita entre racismo e preconceito. Na perspectiva do autor, os preconceitos não geram racismo, mas o racismo gera preconceito. Na sociedade brasileira, o racismo se faz presente, tendo uma dinâmica construída, antes de mais nada, historicamente. A gênese desse fenômeno parte de conflitos longínquos, persistindo de forma simbólica e atemporal na contemporaneidade. A particular dinâmica do racismo constitui-se por uma gama de valores, temores e ódios – mesmo que não conscientes – incorporado-se no corpo social, político, econômico e cultural. No contexto brasileiro, temos uma das maiores diásporas do mundo, a diáspora africana. Apesar deste fato, o processo identitário no Brasil é repleto de nuances e o mito da democracia racial tem destaque. Neste sentido, é interessante notar que, no último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011), 48% dos 190 milhões de habitantes do país autodeclararam-se brancos, 43% pardos e apenas 8% pretos. Esses dados podem revelar que (1) há de fato uma forte miscigenação no Brasil, ou (2) há uma tendência à auto-declaração direcionada à “branquitude”. Existe um certo “degradê” de possibilidades no que tange à classificação racial brasileira: “mameluco”, “moreno”, “sará” e “cor de cuia”, por exemplo, são expressões popularmente encontradas em definições raciais. Posto estas circunstâncias e considerando uma série de fatores de ordem ideológica/subjetiva que influenciam no processo identitário racial, esse estudo aponta na direção de enxergar o racismo, não como um “problema do negro”, mas sim como um elemento fundante na nossa sociedade. Para tal, se faz uso de dois conceitos importantes: “branqueamento” e “branquitude”. Tais conceitos ajudam a perceber e aprofundar a compreensão das dinâmicas raciais brasileiras e sua importância pode se justificar no embasamento para ações e políticas públicas anti-racistas.